

O QUE JÁ FOI APROVADO DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL

REFORMA DA PREVIDÊNCIA – Depois de mais de três anos tramitando no Congresso, a reforma da Previdência vai acarretar uma economia, em 1999, para os cofres públicos de R\$ 3 bilhões (R\$ 1,3 bilhão com o pagamento de aposentadorias e pensões no serviço público federal e R\$ 1,7 bilhão no INSS). Mas, mesmo com a aprovação da reforma, o governo estima um déficit de cerca de R\$ 10 bilhões nas contas do INSS este ano. Parte da arrecadação da CPMF será utilizada para cobrir este déficit.

ORÇAMENTO – O Orçamento Geral da União para este ano foi votado pelo Congresso (Câmara e Senado juntos) durante a convocação do Congresso, em janeiro. O corte de R\$ 8,7 bilhões feito pelo governo no Orçamento para 1999 é uma das principais medidas do ajuste fiscal.

INATIVOS – O aumento da contribui-

ção dos servidores públicos federais da ativa e a criação de alíquotas de contribuição sobre os salários dos servidores públicos aposentados e pensionistas da União irão proporcionar uma arrecadação adicional de R\$ 4,3 bilhões ao ano para os cofres públicos. As novas alíquotas de contribuição entram em vigor a partir de maio.

EXCESSO DE QUADROS – O projeto de lei regulamenta a reforma administrativa e permite que a União, estados e municípios demitem servidores públicos todas as vezes que os gastos com pessoal ultrapassarem a 60% de suas receitas líquidas. É uma das principais medidas para os governadores e prefeitos limitarem seus gastos com pessoal. Por isso, o projeto, que ainda precisa ser votado pelo Senado, atingirá a maioria dos servidores dos estados e municípios, que gastam acima do limite de 60% com o pagamento de pessoal. O pro-

jeto não atinge os servidores federais porque a União gasta cerca de 40% com o pagamento de pessoal.

LEI RITA CAMATA – O projeto de lei complementar modifica a Lei Rita Camata, permitindo que os estados e municípios reduzam seus gastos com pessoal até meados de 2001. Pela proposta, os estados e municípios continuam podendo gastar até 60% com o pagamento de pessoal, mas o percentual de gastos com o funcionalismo público da União é reduzido para 50%. O projeto, que estabelece penalidades para os estados e municípios que não se adequarem as novas regras, foi aprovado na Câmara e ainda precisa ser votado pelo Senado.

COFINS – Aumenta a alíquota dos atuais 2% para 3% da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Com o aumento da alíquota, o governo esperar arrecadar

R\$ 4,5 bilhões a mais em 1999 (R\$ 3,3 bilhões com o aumento da alíquota e R\$ 1,2 bilhão com a extensão do pagamento da Cofins ao mercado financeiro).

FILANTRÓPICAS – A nova lei acaba com a isenção patronal para Previdência de parte das 6.324 entidades filantrópicas. O governo espera arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão com a medida.

DEPÓSITOS JUDICIAIS – A nova lei estabelece a incorporação dos depósitos judiciais à receita tributária corrente, permitindo que o Tesouro Nacional faça uso do dinheiro dos depósitos até que a sentença seja proferida. O depositante poderá sacar, no prazo máximo de 24 horas, os recursos se for beneficiado pela sentença. Com essa medida, o governo espera aumentar sua receita em R\$ 1,4 bilhão este ano.